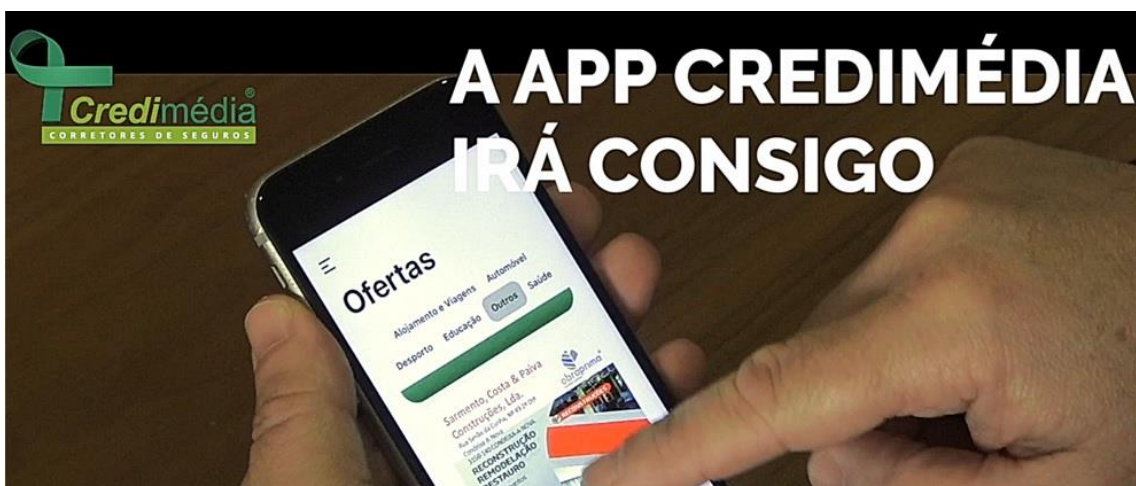


RELATÓRIO DE GESTÃO

2020



A gerência da empresa **CREDIMÉDIA – Corretores de Seguros, Lda.** em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresenta e submete à apreciação da Assembleia-Geral, o Relatório de Gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Estes documentos dão conhecimento da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, bem como dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Os dados contabilísticos apresentados, respeitantes às demonstrações financeiras da empresa, devem ser interpretadas à luz das normas contabilísticas de relato financeiro aplicável as pequenas-entidades. (NCRF-PE).

A EMPRESA

Missão da Empresa

A missão principal da empresa é a de corresponder às exigências do mercado e dos seus clientes, através de um modelo de negócio sustentado, recursos qualificados e motivados, geradores de valor económico, social e ambiental, de modo a proporcionar um retorno atrativo aos gerentes.

Também ao nível dos valores incorpora e exterioriza, na sua atitude perante o mercado do ensino e cuidados continuados a:

- Eficácia e Eficiência da gestão;
- Integridade e Ética;
- Conduta socialmente responsável;
- Respeito pelo ambiente.

1. Enquadramento Macroeconómico e Microeconómico

A crise pandémica que atravessamos veio criar um impacto negativo na economia, nomeadamente com as medidas de confinamento e as restrições ao exercício de muitas atividades económicas, acentuando-se que aquelas medidas se têm vindo a prolongar por vários meses, resultando assim na queda dos números de grandes agregados macroeconómicos.

Acontece porem que os efeitos desta crise são profundamente assimétricos, atingindo mais uns sectores do que outros e havendo, em contraciclo, atividades económicas a crescer e algumas a crescer ainda mais durante a crise.

Por outro lado, as políticas públicas de apoio, mesmo com atrasos e insuficiências têm evitado os despedimentos e encerramentos em massa, pois há sectores, total ou parcialmente paralisados. Só não se verificou ainda o colapso dessas empresas, e só não temos ainda uma

enorme crise social de grandes proporções, porque temos a despesa pública a suportar os salários.

Todos sabemos que muitos pagamentos foram adiados, com moratórias ou porque simplesmente entraram em incumprimento.

É, pois, imprevisível saber como vamos ficar.

Conter a pandemia não significa que os problemas estejam controlados, pois, em muitos casos, eles estão simplesmente adiados.

As quebras no presente, de atividade e de faturação, vão ter seguramente um impacto diferido no tempo sobre a sustentabilidade de muitas empresas, sendo este efeito de contaminação neste caso, económica, poder vir a afetar muitas outras empresas, nomeadamente na atividade seguradora.

Acresce a tudo isto que o efeito assimétrico que referimos não se faz sentir apenas no período da crise pandémica e como resultado direto das restrições impostas ao exercício de algumas atividades. No pós-crise, ou seja, no suposto regresso a um «novo normal», as assimetrias geradas pela crise vão, de um modo geral, persistir. Sectores como o turismo, uma grande parte das atividades de comércio, restauração e serviços pessoais, as atividades culturais e de lazer, ou os transportes (especialmente o transporte aéreo) não vão simplesmente poder regressar de novo a 2019. Em alguns casos, esse regresso não vai mesmo ter lugar no futuro.

Os novos hábitos de vida e de consumo, ligados com padrões de mobilidade que, no pós-crise, não serão propriamente os mesmos de antes da crise, provocarão quebras acentuadas e persistentes em muitas procuras, dando lugar a uma reorientação dos consumos, obrigando as empresas a reajustarem-se, quando não a reinventarem-se.

2. Situação Económica do Ramo

A produção de seguro direto, relativa à atividade em Portugal das empresas de seguros sob a supervisão da ASF apresentou, em termos globais, uma diminuição de 18,5% face a 2019.

Os ramos Não Vida apresentaram um crescimento de 3,1% enquanto o ramo Vida registou um decréscimo de 34,6%.

No mesmo período, os custos com sinistros verificaram um aumento de 15,9%, em resultado do acréscimo de 26,4% no ramo Vida.

Em dezembro de 2020, o valor das carteiras de investimento das empresas de seguros totalizou 51,4 mil milhões de euros, um decréscimo de 3,9% face ao final do ano anterior. Na mesma data o volume de provisões técnicas foi de 44 mil milhões de euros.

Os rácios de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) e do Requisito de Capital Mínimo (MCR), em dezembro de 2020, situaram-se em 180% e 534%, refletindo variações de mais dois e 39 pontos percentuais face ao final de 2019, respetivamente.

Tendências do sector a nível internacional

É inevitável, a tecnologia está a revolucionar o mercado e, com isso, também o nosso comportamento enquanto consumidores. Com o surgimento de inovações, **o setor segurador tem feito esforços para estar a par das tendências a nível global.**

Mas estará Portugal a acompanhar as tendências europeias? O ECO contactou a Autoridade de Seguros e Pensões Europeia (denominada pela sigla inglesa EIOPA) para perceber **qual tem sido o caminho da indústria a nível global**, e no velho continente. Os responsáveis da EIOPA remeteram para um estudo realizado pelo comité das autoridades de supervisão europeias, *The Joint Committee of the European Supervisory Authorities*, que destaca a **digitalização** e a **customização** como **as grandes tendências**, e que estas serão possíveis através — entre outras tecnologias —, do *Big Data Analytics*. Segundo o estudo, esta tecnologia oferece **diversos benefícios**, tanto para a indústria como para os consumidores, tornando possível a criação de produtos customizados, prevenir situações de fraude e também melhorar a gestão das seguradoras, tornando-a mais eficiente.

Um outro relatório também enviado para o ECO pela EIOPA confirma a presença cada vez maior da tecnologia na cadeia de valor dos seguros, com maior enfoque nos canais de distribuição, o que **tem obrigado muitas seguradoras bem estabelecidas no mercado a inovar e a criar parcerias com grandes companhias tecnológicas e InsurTech**, com o objetivo de se tornarem mais competitivas e, graças a isso, fidelizarem os clientes.

Caminha-se cada vez mais para a **incorporação da tecnologia nos produtos tradicionais** como, por exemplo, usar a telemática na saúde, automóveis e ainda nos seguros à habitação. “Há uma tendência para seguros temporários e *pay-per-use* que oferecem preços mais baixos e maior transparência do produto para o consumidor final, bem como seguros com base em aparelhos telemáticos para casa que permitem um controlo em tempo real e através de aplicação de telemóvel”, adiantou Cristina Gamito, *Partner, Insurance Leader* da Deloitte Portugal.

Questionada pelo ECO sobre as tendências para o setor segurador, a associação de seguradoras europeia, Insurance Europe, remeteu para um estudo recente que aborda a importância dos dados (data) para esta indústria e o grande valor que poderão ter para a criação de novos produtos personalizados para o cliente, como por exemplo, o seguro automóvel. Com a revolução tecnológica e com a possibilidade de, muito em breve, os próprios automóveis poderem ser autónomos, isso irá obrigar a uma reestruturação não apenas do seguro em si, mas também das leis associadas a um acidente rodoviário.

3. Evolução da Atividade

Para uma melhor análise apresenta-se de seguida, agregadas de modo conveniente, as seguintes componentes de formação dos resultados para o exercício findo e para o exercício imediatamente anterior:

3.1 Estrutura de Rendimentos

Rubricas	2020	2019	Variação
			(%)
Vendas	0,00	0,00	
Prestação de Serviços	879 903,07	711 357,30	23,69%
Outros Rendimentos e Ganhos	9 500,73	51,37	18394,71%
Juros, dividendos e outros rendimentos	447,11	820,56	-45,51%
	889 850,91	712 229,23	24,94%

Tabela 1: Evolução dos Rendimentos

Em 2020 assistiu-se a um crescimento do volume de negócios, serviços prestados (comissões de Seguros, conforme se demonstra no quadro acima.

Em juros, dividendos e outros rendimentos reconheceu-se os títulos da “Lusitânia Vida” no montante de 45.000,00€, que originaram um ganho de 672,20€.

3.2 Estrutura de Gastos

0

Rubricas	2020	2019	Variação
			(%)
Fornecimentos e serviços externos	229 385,78	190 639,62	20,32%
Gastos com o pessoal	383 368,43	337 344,82	13,64%
Outros gastos e perdas	19 631,57	18 684,34	5,07%
Outros gastos e perdas de financiamentos		0,62	-100,00%
Gastos de depreciação e de amortizações	26 565,22	12 431,67	113,69%
	658 951,00	559 101,07	17,86%

Tabela 2: Evolução dos Gastos

A par do aumento do volume de negócios verificou-se também um aumento nos FSE, acompanhando a evolução da atividade desenvolvida. Ao nível dos FSE realce para o impacto dos gastos de comissões (82.048,73€) no total desta rubrica.

Também os gastos com pessoal sofreram um ligeiro aumento devido à necessidade de adquirir Operacionais de Seguros para gestão de carteiras de clientes.

Relativamente aos ativos fixos tangíveis registaram-se investimentos na aquisição de dois escritórios, que totalizaram 81.934 Euros, que engloba 25% para os respetivos terrenos e os valores relativos aos Impostos, aquisição de diversos equipamentos administrativos, totalizando um valor de 3.718,79 Euros e venda de uma viatura ligeira de passageiros pelo valor de 9.500 Euros. Verifica-se um aumento substancial nos gastos com depreciações relativamente ao ano anterior.

3.3 Estrutura dos Resultados

Em função do exposto o resultado da atividade operacional foi positivo cifrando-se em 235.910,07 euros.

A conjugação das componentes anteriormente referidas teve por consequência a obtenção de um resultado positivo antes de impostos de 235.910,07 Euros e, considerando a função do imposto, o **Resultado Líquido do Exercício de 2020** ascendeu a **176.895,57** Euros positivos.

Rubricas	2020	2019	Variação
			(%)
Resultado antes depreciações, gastos de finan	262 477,79	165 560,45	58,54%
Resultado Operacional	235 910,07	153 128,78	54,06%
Resultado Antes de Impostos	235 910,07	153 128,16	54,06%
IRC Estimado	59 014,50	36 037,91	63,76%
Resultado Líquido do Período	176 895,57	117 090,25	51,08%

Tabela 3: Evolução do Resultado Líquido do Período

O sector segurador não tem sido dos mais afetados pela instabilidade dos mercados e da economia. Essa realidade reflete-se de igual forma nos resultados da empresa permitindo que os mesmos se mantenham equilibrados.

Em relação ao ano em análise verificam-se resultados satisfatórios e animadores, para o futuro, a empresa no Plano de Atividades proposto para 2020 já orçamentado, traduz a continuação da política definida pela gestão em curso, e corresponde totalmente aos compromissos assumidos, seja quanto à sua continuação, seja quanto ao seu desenvolvimento, prevendo-se em 2021 a consolidação do novo estatuto atingido em 09 de setembro 2017, o de Corretores de Seguros.

4. Análise Económica e Financeira

4.1 Dívidas de Clientes/ Dividas a Fornecedores

Não existem dividas de Clientes e os fornecedores apresentaram o seguinte saldo:

Rubrica	2020	2019
Clientes		
Fornecedores	2 972,28	2 367,75

Tabela 4: Evolução das dividas de clientes e fornecedores

Analisando a tabela acima descrita, constata-se que tanto as dívidas de clientes como as dívidas aos fornecedores não tiveram um aumento considerável quando comparadas com o ano anterior, o que se mostra razoável face ao acréscimo do volume de negócios.

4.2 Disponibilidades, financiamentos e remunerações a pagar

As disponibilidades da empresa, especificamente o saldo em caixa e em depósitos à ordem, alcançaram no fim do ano o seguinte o valor:

Rubrica	2020	2019
Caixa	418,68	598,23
Depositos á Ordem	214 200,55	108 438,95
Depositos a Prazo	80 000,00	80 000,00
Ativos Financeiros	45 000,00	45 000,00
Totais	339 619,23	234 037,18

4.3 Rácios Económicos/ Financeiros

Os rácios financeiros permitem-nos concluir acerca da capacidade da empresa para honrar os seus compromissos e ajudam à compreensão da informação disponibilizada.

Rácios Económicos		
Rentabilidade das Vendas (Comissões)	20,00%	16%
Rentabilidade dos Capitais Proprios	47,00%	31%
Rácios Financeiros		
Liquidez Geral	3,51	2,78%
Autonomia Financeira	85,00%	84%

Tabela 5: Rácios Económicos/Financeiros

4.3.1. Rendibilidade das Vendas

A rendibilidade das vendas mede a percentagem das vendas que resta depois de cobertos todos os custos de exploração.

4.3.2. Rendibilidade dos Capitais Próprios

A rendibilidade dos Capitais Próprios regista o resultado líquido do período a dividir pelo Capital Próprio pelo que este período face ao ano anterior se manteve, refletindo desta forma existência de retorno para os sócios dos capitais investidos.

4.3.3 Autonomia Financeira

Como o rácio de autonomia financeira expressa a participação do capital próprio no financiamento da empresa, verifica-se que a dependência de capitais alheios sofreu uma ligeira variação nos dois anos.

Os indicadores económicos situam-se acima do limiar de aceitação, o que revela uma estabilidade financeira e de tesouraria da empresa.

5. Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2020 e até à data do presente relatório, não ocorreram outros factos relevantes que venham a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Credimédia –Corretores de Seguros, Lda, mesmo com o COVID-19, espera-se que os resultados se mantenham ou até mesmo aumentem, pelo que foram adotadas medidas de segurança nos nossos escritórios de acordo com a orientação da DGS, além do respeito pelas regras de etiqueta respiratória e medidas sanitárias, os estabelecimentos de atendimento aos clientes elaboraram o seu plano de contingência para COVID-19, segundo a orientação 006/2020 da DGS, e pôr em marcha medidas que assegurem a distância entre pessoas nas instalações. Entre as medidas sugeridas estão a redução para 1/3 da capacidade dos locais destinados à espera dos utilizadores, a garantia de que o atendimento em balcão se faz, pelo menos, a um metro de distância, e a implementação de sinalização, através de marcas e sinalética no chão. No que diz respeito às regras de limpeza e higienização, a desinfeção de, pelo menos uma vez por dia, de todas as zonas

6. Evolução Previsível da Atividade

A produção de seguro direto, relativa à atividade em Portugal das empresas de seguros sob a supervisão da ASF apresentou, em termos globais, uma diminuição de 18,5% face a 2019.

Os ramos Não Vida apresentaram um crescimento de 3,1% enquanto o ramo Vida registou um decréscimo de 34,6%.

No mesmo período, os custos com sinistros verificaram um aumento de 15,9%, em resultado do acréscimo de 26,4% no ramo Vida.

Em dezembro de 2020, o valor das carteiras de investimento das empresas de seguros totalizou 51,4 mil milhões de euros, um decréscimo de 3,9% face ao final do ano anterior. Na mesma data o volume de provisões técnicas foi de 44 mil milhões de euros.

Os rácios de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) e do Requisito de Capital Mínimo (MCR), em dezembro de 2020, situaram-se em 180% e 534%, refletindo variações de mais dois e 39 pontos percentuais face ao final de 2019, respetivamente.

7. Dívidas à Administração Fiscal e Segurança Social

Nos termos e para efeitos do disposto no art. 2^o do Decreto —Lei n. 2 534/80, de 7 de novembro e art. 21^o do Decreto-Lei n. 2 411/91 de 17 de outubro declara-se que a empresa não têm dívidas em mora ao estado, resultantes de liquidação de impostos, nem de contribuições para a Segurança Social, sempre cumprindo os prazos estipulados na Lei.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

A empresa tendo em conta as presentes Demonstrações Financeiras, nos termos do disposto na alínea f) do art. 66^o do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido Positivo de 176.895,57 euros obtido pela sociedade no exercício que terminou em 31 de Dezembro de 2020, pretende distribuir resultados no valor de 40.000 Euros, resultando um valor de 29.000 Euros para a sócia Isabel Quitério e 11.000 Euros para o sócio José Canas, propondo que o restante valor seja transferido para as Reservas Livres, totalizando um valor de 136.895,57 Euros.

9. Impactos económicos financeiros do COVID-19

Face à situação que seria expectável sem pandemia, 77% das empresas continuaram a reportar um impacto negativo no volume de negócios. Ao contrário a Credimédia prevê uma evolução do volume de negócios durante o ano 2021. Neste período, enquanto a alteração das medidas

de contenção foi o motivo mais citado pela empresa de manter os seus trabalhadores, optando por mantê-los em teletrabalho, que reportaram aumentos.

AGRADECIMENTOS

Aproveitando a oportunidade a Gerência agradece a colaboração prestada por todos quanto de algum modo contribuíram para o desempenho da actividade da empresa, nomeadamente, Clientes, Fornecedores, Instituições Bancárias e demais Entidades.

Figueira da Foz, 29 de março de 2021

A Gerência:



Isabel Maria Ramos Quinteiro

foz da costa castel

Balanço em 31 de dezembro de 2020

(em euros)

Rubrica	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		358 503,82	299 427,25
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		410,00	367,43
Créditos e outros ativos não correntes			
Total ativo não corrente		358 913,82	299 794,68
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes			
Estado e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado			
Outras créditos a receber		36 551,18	2 431,65
Diferimentos		5 159,67	5 891,00
Outros ativos correntes		45 000,00	45 000,00
Caixa e depósitos bancários		294 619,23	189 037,18
Total ativo corrente		381 330,08	242 359,83
Total ativo		740 243,90	542 154,51
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		100 000,00	100 000,00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		35 355,71	35 355,71
Outras reservas		319 487,11	202 396,86
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		176 895,57	117 090,25
Dividendos antecipados			
Total capital próprio		631 738,39	454 842,82
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		2 972,28	2 367,75
Estado e outros entes públicos		41 090,76	25 508,27
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes		64 442,47	59 435,67
Total passivo corrente		108 505,51	87 311,69
Total passivo		108 505,51	87 311,69
Total capital próprio e passivo		740 243,90	542 154,51

Isabel Maria Ramos Antunes

Isabel da Costa Casar

A Gerência

Contabilista Certificado



Credimédia[®]

SEGUROS CORRETORES

ANEXO

2020

Anexo ao Balanço e a Demonstração de Resultados

CREDIMÉDIA – Corretores de Seguros, Lda.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1 – Identificação da Identidade

A Credimédia – Corretores de Seguros, Lda é uma Sociedade por quotas, constituída em 19-10-1990, tem sede no Largo do Carvão, nº 4, 1º Dt.º no lugar de Figueira da Foz, freguesia de Buarcos Concelho de Figueira da Foz, exercendo a actividade de Mediação de Seguros, com o CAE 66220 Rev.3, com o número de identificação fiscal 502 451 238. Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Figueira da Foz com o número 502451238, com um capital social de 100.000,00 euros. A empresa é detida por sócios individuais, não sendo participada por qualquer sociedade mãe. Durante o ano de 2020 a empresa teve ao seu serviço, em média 17 empregados a tempo completo e remunerados.

02 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições do regime da normalização contabilística para as pequenas entidades (PE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho de 2009.

Na preparação das demonstrações financeiras foi utilizado o regime contabilístico de acréscimo, ou seja, os itens foram reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfizerem as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras, foram mantidas de um período para o outro.

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não foram compensados exceto quando tal foi exigido ou permitido pela norma.

A informação está comparativa com respeito ao período anterior, para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC, que em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista

a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não aplicável.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não aplicável.

03 - Principais políticas contabilísticas

3.1 Principais políticas contabilísticas

Quando aplicáveis as principais políticas contabilísticas são:

a) Ativos fixos tangíveis

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo, sendo subsequentemente utilizado na mensuração dos ativos fixos tangíveis. Neste modelo, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

As depreciações destes ativos são calculadas quando este estiver disponível para uso, segundo o método da linha reta, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

b) Locação financeira

A classificação das locações é feita de acordo com a substância e o conteúdo dos contratos e não de acordo com a forma dos mesmos. Nas locações financeiras, o valor do bem é registado no balanço como ativo, sendo a correspondente responsabilidade registada como passivo na rubrica de "financiamentos obtidos". Os juros incluídos nos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

c) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Utiliza-se o custo médio ponderado, como fórmula de custeio. Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período em que o rédito é reconhecido, sendo registados na demonstração dos resultados do período.

d) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo não corrente pelo valor nominal da operação. O desreconhecimento dos empréstimos só se verifica quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos de financiamento, designadamente quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração do empréstimo.

e) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros (fornecedores e outros) são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente. O seu desreconhecimento verifica-se quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração dessas dívidas.

f) Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros não têm implícitos juros e são apresentadas no balanço pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas, não se aplicando a este exercício por não existirem.

g) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto no parágrafo 17.2 da norma.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

Clientes e outras contas a receber

Outros ativos financeiros

Caixa e depósitos bancários

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

Fornecedores e outras dívidas de terceiros

Financiamentos obtidos

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica

Imparidades dos ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros incluídos nas categorias de "custo" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros são afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade, no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. E desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

h) Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, acrescida do Imposto de Selo deduzido o valor das Notas de Crédito, descontos e outros custos inerentes à sua concretização e é reconhecido como se segue:

- Rédito das Comissões na angariação e cobrança de Seguros é reconhecido com referência à prestação de contas;

O rédito decorrente das comissões não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da ou não cobrança de seguros.

i) Subsídios

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistémica como rendimentos,

durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

j) Regime do acréscimo

De acordo com o regime do acréscimo, os gastos e rendimentos são registados no período ao qual dizem respeito, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

k) Letras descontadas não vencidas

Os saldos de clientes que se encontram titulados por letras descontadas e ainda não vencidas, à data do balanço, são reconhecidos no balanço da entidade, no passivo não corrente, designadamente na rubrica "financiamentos obtidos". Este procedimento resulta do facto de a entidade reter riscos e benefícios inerentes à posse dos referidos ativos (letras descontadas), podendo apenas e só reconhecê-los quando os direitos contratuais inerentes à posse dos referidos ativos expiram ou são transferidos todos os riscos e benefícios para outra entidade.

l) Fluxos de Caixa

Os fluxos de caixa correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e outros, vencíveis em menos de três meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor, conforme quadro infra:

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Caixa	418,68	598,23
Depositos á ordem	214 200,55	108 438,95
Depósitos a Prazo	80 000,00	80 000,00
Ativos Financeiros	45 000,00	45 000,00
Totais	339 619,23	234 037,18

O valor de 45.000 Euros representa títulos da "Lusitânia Vida".

3.1 Alterações nas políticas contabilísticas

No exercício não foram alteradas ou derogadas quaisquer políticas contabilísticas comparativamente com o ano anterior.

3.2 Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício não foram alteradas ou derogadas quaisquer estimativas contabilísticas comparativamente com o ano anterior.

3.3 Correção de erros nos períodos anteriores

Foram efetuadas correções relativas a períodos anteriores, no montante de 674,21€.

04 - Ativos tangíveis (AFT)

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. O modelo do custo foi subsequentemente utilizado na mensuração dos mesmos. Neste modelo, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade. As depreciações destes ativos são calculadas quando este estiver disponível para uso, segundo o método da linha reta e às taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

Categoria de Ativo	Taxas de amortização / depreciação utilizadas
Edifícios e outras construções	2%
Equipamento de Transporte	25%
Equipamento Administrativo	12,5%
Outros AFT	10 % e 12,5%

O valor residual, o método de depreciação e a vida útil estimada dos ativos são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço.

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis, são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS											
Descrição	Património Histórico, Cultural e Artístico	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiant. por conta de Patrim. Hist., Cult. E Art	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	0,00	59 607,33	196 137,92	0,00	173 645,02	47 666,44	0,00	5 814,88	0,00	482 871,59
2	Depreciações acumuladas iniciais	0,00	0,00	22 906,09	0,00	114 028,67	42 117,48	0,00	4 392,10	0,00	183 444,34
3	Perdas por imparidade acum. Iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Quantia líquida escriturada inicial	0,00	59 607,33	173 231,83	0,00	59 616,35	5 548,96	0,00	1 422,78	0,00	299 427,25
5	Movimentos do período	0,00	19 000,00	58 732,83	0,00	-18 638,75	558,71	0,00	-576,22	0,00	59 076,57
5.1	Total da adições	0,00	19 000,00	62 923,00	0,00	0,00	3 718,79	0,00	0,00	0,00	85 641,79
	Aquisições em 1ª mão	0,00	19 000,00	62 923,00	0,00	0,00	3 718,79	0,00	0,00	0,00	85 641,79
	Aquisições através de concentr. de actividades empresariais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Estimativa de custos de desmantelamento e remoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Acréscimo por revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2	Total da diminuições	0,00	0,00	4 190,17	0,00	39 078,75	3 160,08	0,00	576,22	0,00	47 005,22
	Depreciações	0,00	0,00	4 190,17	0,00	18 638,75	3 160,08	0,00	576,22	0,00	26 565,22
	Perdas por imparidade acum. Iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	20 440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 440,00
	Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3	Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4	Transferência de AFT em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5	Transferência de/para activos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6	Outras transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	20 440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 440,00
6	Quantia líquida escriturada final	0,00	78 607,33	231 964,66	0,00	40 977,60	6 107,67	0,00	846,56	0,00	358 503,82
7	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida										0,00

05 - Ativos intangíveis

5.1 Divulgação para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e os outros ativos intangíveis.

Não aplicável

06 – Custo dos empréstimos concedidos

6.1 Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por natureza de ativos que se qualificam.

Não aplicável.

07 – Inventários

Não aplicável.

7.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Não aplicável.

08 – Rédito

O rédito compreende o justo valor da prestação de serviços, acrescida do Imposto de Selo deduzido o valor das Notas de Crédito, descontos e outros custos inerentes à sua concretização e é reconhecido como se segue:

- Rédito das Comissões na angariação e cobrança de Seguros é reconhecido com referência à prestação de contas;

O rédito decorrente das comissões não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da ou não cobrança de seguros.

- Prestação de serviços: 879.903,07 Euros
- Outros Rendimentos e Ganhos: 9.500,73 Euros
- Juros, dividendos e outros rendimentos: 447,11 Euros

09 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Não aplicável.

10 – Subsídios do Governo e apoios do Governo.

Foram recebidos subsídios do IEFP no valor de 5.010,16 Euros, no âmbito do projeto CONVERTE +

11 - Instrumentos financeiros / ativos e passivos financeiros

11.1 Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

As dívidas de terceiros que não existem no exercício, mas existindo não tinham implícitos juros e seriam apresentadas no balanço pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica específica, de forma a refletir a quantia recuperável. As dívidas a terceiros (fornecedores e outros) são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente. O seu desreconhecimento verifica-se quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração dessas dívidas.

11.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

Não aplicável.

11.3 Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica de capital próprio.

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	100 000,00			100 000,00
Isabel Maria Ramos Quitério	72 500,00			72 500,00
José da Costa Canas	27 500,00			27 500,00
				0,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio				0,00
Reservas	237 752,57	0,00	117 090,25	354 842,82
Reservas Legais	35 355,71			35 355,71
Reservas Livres	202 396,86		117 090,25	319 487,11
Resultados Transitados	0,00			0,00
Ajustamentos em ativos Financeiros	0,00			0,00
				0,00
Total do Capital próprio	337 752,57	0,00	117 090,25	454 842,82

11.4 Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

Não aplicável.

11.5 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço com duração residual superior a 5 anos e coberta por garantias.

Não aplicável

11.6 Ajustamento de valor reconhecidos no período de cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Não aplicável

11.7 Dívidas à entidade reconhecidas à data do Balanço e cuja duração residual seja superior a um ano.

Não aplicável

11.8 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano.

Não aplicável

13 - Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A entidade está sujeita a IRC à taxa de 17%, sobre 25.000,00 Euros da matéria coletável e 21% sobre o remanescente. Ao valor da coleta de IRC, acresce a derrama, a qual incide sobre o lucro tributável e cuja taxa oscila entre 0,75% e 1,5%, dependendo do volume de negócios e do município onde a empresa está sediada. Acresce também a tributação autónoma sobre os encargos às taxas previstas no art. 88º do CIRC.

Rúbrica		Valor
1	Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	235 910,07
2	Imposto corrente	59 014,50
3	Imposto diferido	0,00
4	Imposto sobre o rendimento do período	59 014,50
5	Tributações autónomas	6 370,26
6	Taxa efectiva do imposto sobre o rendimento	27,72%

15 – Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS		
Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	17	32 169
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa		
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	17	32 169
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	17	32 169
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	7	13 246
Mulheres	10	18 924
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à Investigação e Desenvolvimento		
Prestadores de serviços		
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário		

GASTOS COM O PESSOAL	
Descrição	Valor
Gastos com o pessoal	383 368,43
Remunerações dos órgãos sociais	86 403,56
Das quais: Participação nos lucros	
Remunerações do pessoal	228 289,08
Das quais: Participação nos lucros	
Benefícios pós-emprego	0,00
Prémios para pensões	0,00
Outros benefícios	0,00
Dos quais:	
Para planos de contribuições definidas - órgãos sociais	
Para planos de contribuições definidas - outros	
Indemnizações	0,00
Encargos sobre remunerações	66 201,14
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 649,35
Gastos de acção social	0,00
Outros gastos com o pessoal	825,30
Dos quais:	
Gastos com formação	
Gastos com fardamento	

Nota: No número de horas trabalhadas incluem as horas extraordinárias

16 - Divulgações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado. Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a gerência informa que a situação perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

Descrição	Actividades económicas			
	Actividade CAE - Ver 3	Actividade CAE - Ver 3	Actividade CAE - Ver 3	Total
1 Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1 Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2 Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 Activos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
2 Prestações de serviços	879 903,07	0,00	0,00	879 903,07
3 Compras	0,00	0,00	0,00	0,00
4 Fornecimentos e serviços externos	229 385,78	0,00	0,00	229 385,78
5 Custo das mercadorias e das matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1 Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 Activos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
6 Variação nos inventários de produção	0,00	0,00	0,00	0,00
7 Número médio de pessoas ao serviço				17
8 Gastos com o pessoal	383 368,43	0,00	0,00	383 368,43
8.1 Remunerações	383 368,43	0,00	0,00	383 368,43
8.2 Outros (inclui pensões)	0,00	0,00	0,00	0,00
9 Activos fixos tangíveis				
9.1 Quantia escriturada líquida final	358 503,82	0,00	0,00	358 503,82
9.2 Total de aquisições	85 641,79	0,00	0,00	85 641,79
9.3 Das quais: em Edifícios e outras construções	62 923,00	0,00	0,00	62 923,00
9.4 Adições no período de activos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
10 Propriedades de investimento				
10.1 Quantia escriturada líquida final	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 Total de aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
10.3 Das quais: em Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4 Adições no período de propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades necessárias e a disponibilidade de fundos através de crédito negociado. Devido à natureza dos seus negócios, a empresa tem como objetivo uma gestão flexível de fundos através da manutenção das linhas de crédito disponíveis.

17 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço, que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

18 – Principais fontes de incerteza:

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

19 – Outras informações
- Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Caixa	418,68	598,23
Depositos á ordem	214 200,55	108 438,95
Depósitos a Prazo	80 000,00	80 000,00
Ativos Financeiros "não corrente"	45 000,00	45 000,00
Investimentos Financeiros	410,00	367,43
Totais	340 029,23	234 037,18

- Fornecimentos e serviços externos

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Subcontratos	0,00	21 657,97
Serviços Especializados	141 106,01	81 999,08
Materiais	9 488,30	10 654,54
Energia e Fluidos	16 317,43	15 705,93
Deslocações e Estadas e Transp.	9 029,92	6 001,16
Serviços Diversos	53 444,12	54 620,94
Total	229 385,78	190 639,62

- Outros rendimentos

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Ganhos em Instrumentos Financeiros	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	0,01	0,00
Ganhos em Alienações	9 500,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	51,37
Total	9 500,01	51,37

- Outros gastos

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Impostos	16 945,08	15 923,03
Gastos e perdas em Instrumentos não Financeiros	0,00	0,00
Outros	2 683,79	2 761,31
Total	19 628,87	18 684,34

- Acréscimos

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Acréscimos de Rendimentos	35 370,18	2 369,63
Acréscimos de Gastos	64 442,47	46 004,37
Total	99 812,65	48 374,00

– Diferimentos

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Gastos a Reconhecer	5 159,67	5 891,00
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
Total	5 159,67	5 891,00

– Pessoal

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Adiantamentos ao Pessoal	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

– Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	2020	2019
	Valor	Valor
Imposto total Sobre o Rendimento	29 013,72	36 037,91
Retenções	4 056,34	5 169,43
Contribuições para Segurança Social	8 020,70	7 765,22
Imposto Sobre o Rendimento a pagar	29 013,72	12 573,62
Total	41 090,76	25 508,27

- A sociedade não tem dívidas ao Estado em situação de mora, cumprindo sempre os prazos de pagamento estipulados pela lei;
- A sociedade tem regularizada a situação perante a Segurança Social;

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro, foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 31 de Março de 2021.

A empresa tendo em conta as presentes Demonstrações Financeiras, nos termos do disposto na alínea f) do art. 66 2 do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido Positivo de 176.895,57 euros obtido pela sociedade no exercício que terminou em 31 de Dezembro de 2020, pretende distribuir resultados no valor de 40.000 Euros, resultando um valor de 29.000 Euros para a sócia Isabel Quitério e 11.000 Euros para o sócio José Canas, propondo que o restante valor seja transferido para as Reservas Livres, totalizando um valor de 136.895,57 Euros.

Após o termo do exercício até à data atual não existem impactos económicos e financeiros na atividade da empresa devido ao COVID-19, verificou-se um aumento, nos ramos vida e não vida, não existem factos relevantes que condicionem o resultado da empresa, mas devido à pandemia a CREDIMÉDIA implementou os seguintes procedimentos de higiene e segurança, conforme o recomendado pela DGS.

Implementação de procedimentos internos específicos

Os clientes e trabalhadores, ao longo da situação pandémica devem cumprir rigorosamente:

1. Procedimentos básicos para higienização das mãos: lavar as mãos com água e sabão durante pelo menos 20 segundos, afixando por exemplo as imagens da [Norma da DGS de Higienização das mãos nº 007/2019 de 16/10/2019](#);

2. Utilizar uma solução antisséptica de base alcoólica (SABA) e disponibilizar a mesma em locais estratégicos, onde se verifica maior afluência de pessoas;
3. Toalhetes de papel para secagem das mãos, nas instalações sanitárias e noutros locais onde seja possível a higienização das mãos;
4. O planeamento da higienização e limpeza deve ser relativo aos revestimentos, aos equipamentos e utensílios, assim como aos objetos e superfícies que são mais manuseadas (ex. corrimões, maçanetas de portas, botões de elevador). A limpeza e desinfeção das superfícies deve ser realizada com detergente desengordurante, seguido de desinfetante – é fundamental a sensibilização e a formação das pessoas envolvidas nas tarefas de limpeza e higienização;
5. Procedimentos de etiqueta respiratória (ex. evitar tossir ou espirrar para as mãos; tossir ou espirrar para o antebraço ou manga, com o antebraço fletido ou usar lenço de papel; higienizar as mãos após o contacto com secreções respiratórias);
6. Procedimentos de colocação de máscara cirúrgica (incluindo a higienização das mãos antes de colocar e após remover a máscara);
7. Foi implementado nos escritórios da empresa a possibilidade do regime em teletrabalho, de modo a minimizar os contágios internos e externos.


A empresa possui ainda um plano de contingência adaptado a cada escritório, bem como grelhas de registo de higienização diária.

Podemos ainda referir que até à data de encerramento do exercício de 2020 não se verificou na empresa casos de contágio do vírus, devido a todas as precauções tomadas.

De salientar que, embora a pandemia possa ter tido um impacto relevante na economia, a mesma não afetou de forma negativa o volume de negócio, bem como os resultados da empresa, que prevemos que se mantenham ou possam aumentar no exercício de 2021.

Figueira da Foz, 31 de Março de 2021

A Gerência:



Isabel Maria Ramos Antunes

José da Costa Caval

O Contabilista Certificado nº: 2219





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CREDIMEDIA – Corretores de Seguros, Lda** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31/12/2020 (que evidencia um total de 740.243,90 euros e um total de capital próprio de 631.738,39 euros, incluindo um resultado líquido de 176.895,57 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

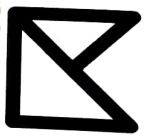
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a situação divulgada na nota 19 do Anexo às Demonstrações Financeiras, relativa aos possíveis impactos da pandemia do Covid-19 na Economia e, conseqüente, na atividade futura da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

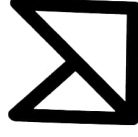
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 15 de Abril de 2021

Pinto Castanheira & Miguel Castanheira, SROC, Lda (SROC 222)
O ROC Responsável
Miguel António Fareiro Castanheira (ROC 1317)

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2020

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados		879 903,07	711 357,30
Subsídios à exploração		5 010,16	
Varição nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	-	229 385,78	190 639,62
Gastos com o pessoal	-	383 368,43	337 344,82
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos		9 947,84	871,93
Outros gastos	-	19 631,57	18 684,34
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		262 475,29	165 560,45
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-	26 565,22	12 431,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		235 910,07	153 128,78
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			0,62
Resultado antes de impostos		235 910,07	153 128,16
Imposto sobre o rendimento do período	-	59 014,50	36 037,91
Resultado líquido do período		176 895,57	117 090,25

A Gerência

O Contabilista Certificado



Isabel Maria Ramos Antunes

ferreira costa azevedo



**NOTA DO ANEXO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020
RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU RESSEGUROS**

Código do Corretor de Seguros 617453931/3

"Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros"

para efeitos do Artigo 51 da Norma Regulamentar nº 13/2020-R, de 30 de Dezembro.

a) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações (2)

O Corretor de seguros reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra - embora admita exceções - no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento:

Aquando da prestação de contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo (4)

Por Natureza	Remunerações (€)	
	Ano n-1	Ano n
Numerário	711.357,30€	879.903,07€
Espécie		
TOTAL	711.357,30€	879.903,07€

Por Tipo	Remunerações (€)	
	Ano n-1	Ano n
Comissões	711.357,30€	879.903,07€
Honorários		
Outras remunerações		
TOTAL	711.357,30€	879.903,07€

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem (5)

Por entidade (origem)	Remunerações (€)					
	Ramos Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Empresas de Seguros	28.960,03€	34.021,68€	682.397,27€	845.881,39€	0€	0€
Outros Mediadores	0€	18.98€	72.113,58€	89.678,17€	0€	0€
Clientes (outros)	0€	0€	€	€	0€	0€
TOTAL	28.960,03€	34.021,68€	682.397,27€	845.881,39€	0€	0€

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira (6)

Por entidade (origem)	Remunerações (%)	
	Ano n-1	Ano n
Empresas de Seguros	95,93%	96,13%
Outros Mediadores	4.07%	3.87%
Clientes (outros)		
TOTAL	100%	100%

e) Valores das Contas "Clientes" (7)

Contas "clientes"	Valores das Contas "clientes"	
	Ano n-1	Ano n
Início exercício	160.534.26€	50.274,09€
Final exercício	145.649.41€	183.825,80€
Volume movimentado no exercício:	-	-
- A débito (entradas na conta clientes)		569.344,29€
- A crédito (saídas pagamentos)		553.157.15€
	-	-

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem (8)

Por entidade (origem)	Saldo Contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	452,443.15€	628.315,85€	2.431.65€	148.311,36€
Empresas de seguros	59,435.67€	1.491,79€	0€	€
Empresas de resseguros	0€	0€	0€	0€
Outros mediadores	0€	0€	0€	0€
Clientes (outros)	0€	0€	0€	0€
TOTAL	511.878.82€	1491,79€	2.431.65€	148.311,36€

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar (9)

Por natureza	Saldo Contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	59.435,67€	3152,19€	2.431,65€	148.311,36€
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	452.443,15€	628.315,85€	0€	0€
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários.	0€	0€	0€	1491,79€
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	€	€	0€	0€
Outras quantias	0€	0€	0€	0€
TOTAL	511.878,82€	631.468,04€	2.431,65€	146.819,57€

h) Idade das contas a receber vencidas à data do relato (final do exercício) (10)

Contas a Receber	Remunerações (€) <i>Sem aplicação</i>					
	Até 180 dias		até x dias		Mais de 365 dias	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Sem imparidade						
Com imparidade						
TOTAL						

Fatores considerados na imparidade: Dificuldade ou impossibilidade de cobrança

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito (11)

<i>Sem aplicação</i>	Valor	
	Ano n-1	Ano n
Garantias (caução) / aumentos de crédito		

j) Transmissões de carteiras de seguros (12)

<i>Sem aplicação</i>	Transmissões de Carteiras de Seguros €)			
	Recebidas		Efetuadas	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Carteiras de Seguros	261.645,63€	0€	0€	0€

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela (13)

<i>Sem aplicação</i>	Indemnizações de clientela (€)	
	Ano n-1	Ano n
Contratos de mediação de seguros cessados		

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes (14)

<i>Sem aplicação</i>	Obrigações materiais (€)	
	Ano n-1	Ano n
Obrigações materiais		

Breve descrição: _____

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma pelo menos 5% do total das remunerações (15.a)

Empresas de seguros	Remunerações Ramo Vida/Não Vida/Fundo de Pensões			
	€		%	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Lusitania – Companhia de Seguros, SA	235.468,33€	258.754,35€	33,10%	29,41%
Fidelidade – Companhia de Seguros, SA	119.058,43€	163.011,31€	16%	18,53%
Generali – Companhia de Seguros, SA	66.563,64€	109.513,68€	9,36%	12,45%
Zurich Insurance PLC Suc. Em Portugal	79.501,19€	77.993,22€	11,17%	8,86%
Caravela – Companhia de Seguros	44.304,40€	61.435,92€	6,23%	6,98%

- n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome. [15.b)]

Sem aplicação	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
Transferência de valores (prémios) para Entrega às empresas de seguros em relação às quais o corretor não tem poderes de cobrança		

- o) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança (16.a))

Sem aplicação	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação às quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança		

- p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas (16.b))

Sem aplicação	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador poderes de quitação das quantias recebidas		



Isabel Maria Ramos Quinteiro

José da Costa Caval